

**Elaine Cristina Rapôso dos Santos**

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

E-mail:

[elaine.raposo@ifal.edu.br](mailto:elaine.raposo@ifal.edu.br)



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**Copyright (©):**

Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização ou reprodução

ISSN: 2175-8689

## Cenário Editorial em Alagoas: mapeamento de Editoras Independentes

*The Editorial Scenario in Alagoas:  
mapping of Independent Publishers*

*Escena Editorial en Alagoas:  
mapeo de Editoriales Independientes*

Rapôso, E. Cenário Editorial em Alagoas: Mapeamento de Editoras Independentes. Revista Eco-Pós, 27(2), 25-45. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v27i2.28255>

## RESUMO

Este artigo discute dados parciais da pesquisa *Pensar edição em Alagoas: o cenário editorial alagoano a partir das editoras independentes e de processos de autopublicação*, em andamento no Instituto Federal de Alagoas. O objetivo é analisar o cenário editorial alagoano e os impactos provocados pelas editoras independentes (Muniz Júnior, 2020) e pelas estratégias de autopublicação (Vechio, 2020) para a literatura contemporânea em Alagoas. Destaca-se a importância de analisar o protagonismo de mulheres nesse cenário e a publicação de livros de autoria feminina e negra, com ênfase nos impactos da Lei Aldir Blanc (BRASIL, 2020), a partir do mapeamento das editoras independentes. As pesquisas bibliográfica e de campo com aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas foram adotadas. Os resultados parciais obtidos apontam uma mudança significativa no cenário editorial alagoano.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Autoria feminina; Autopublicação; Editoras independentes; Literatura alagoana; Lei Aldir Blanc.*

## ABSTRACT

This article discusses partial data from the research *Thinking editing in Alagoas: the Alagoas editorial scenario from independent publishers and self-publishing processes*, underway at the Federal Institute of Alagoas. The objective is to analyze the editorial scenario in Alagoas and the impacts caused by independent publishers (Muniz Júnior, 2020) and self-publishing strategies (Vechio, 2020) for contemporary literature in Alagoas. The importance of analyzing the protagonism of women in this scenario and the publication of books by female and black authors is highlighted, with an emphasis on the impacts of the Aldir Blanc Law (BRASIL, 2020), based on the mapping of independent publishers. Bibliographic and field research using questionnaires and semi-structured interviews were adopted. The partial results obtained point to a significant change in the editorial scenario in Alagoas.

**KEYWORDS:** *Female authorship; Self-publishing; Independent publishers; Alagoas literature; Aldir Blanc Law.*

## RESUMEN

Este artículo analiza datos parciales de la investigación *Pensar la edición en Alagoas: el escenario editorial alagoano desde editoriales independientes y procesos de autoedición*, en marcha en el Instituto Federal de Alagoas. El objetivo es analizar el escenario editorial en Alagoas y los impactos causados por las editoriales independientes (Muniz Júnior, 2020) y las estrategias de autoedición (Vechio, 2020) para la literatura contemporánea en Alagoas. Se destaca la importancia de analizar el protagonismo de las mujeres en este escenario y la publicación de libros de autoras y negras, con énfasis en los impactos de la Ley Aldir Blanc (BRASIL, 2020), a partir del mapeo de editoriales independientes. Se adoptó una investigación bibliográfica y de campo mediante cuestionarios y entrevistas semiestruturadas. Los resultados parciales obtenidos apuntan a un cambio significativo en el escenario editorial en Alagoas.

**PALABRAS CLAVE:** *Autoría femenina; Autopublicación; Editoriales independientes; Literatura alagoana; Ley Aldir Blanc.*

Submetido em 20 de maio de 2024.

Aceito em 19 de agosto de 2024.

## Introdução

### Pensar a edição em Alagoas

Este artigo discute o cenário editorial alagoano, pensado nos termos de um campo que promove trocas simbólicas, de acordo com a teoria de Bourdieu (2007). Dentre as trocas que se produzem dentro desse campo, destaco as que podem promover renovação para o campo literário alagoano, no sentido de permitir a circulação de obras cujas autorias partem de realidades periféricas, sejam elas geográficas e/ou relacionadas à periferia do poder. Nesse contexto, a noção de campo, o modo como são delimitados os espaços do centro e da periferia em relação a ele e, principalmente, as estratégias empreendidas por quem produz literatura a partir da periferia são fundamentais para a compreensão do cenário analisado no artigo.

Historicamente, o estado de Alagoas é marcado pela escassez de oferta de possibilidades de publicação em termos de cenário editorial, o que, nos anos 30 do século XX, promoveu um processo migratório de escritores para o Rio de Janeiro. Na perspectiva de Mendonça, “o deslocamento era necessário porque as instâncias de consagração – os principais críticos e as editoras, e mesmo a Academia Brasileira de Letras – estavam reunidas na capital do país” (Mendonça, 2020, p. 957-958). Esse dado pode ser comprovado quando se observa, por exemplo, o caso emblemático do movimento conhecido como “a roda de Maceió”, fundamental para que o escritor alagoano Graciliano Ramos publicasse *Caetés*, seu primeiro romance. Naquele contexto, mais do que um movimento literário/cultural, a roda de Maceió “[...] ganha importância por ter constituído uma rede de sociabilidade e, principalmente, pelo tipo de ação empreendida por seus integrantes no sentido de promoverem-se mutuamente” (Mendonça, 2020, p. 959). Os esforços mútuos de promoção dos integrantes da referida rede de sociabilidade incluíam a entrada de novos escritores e de suas obras nas editoras do Rio de Janeiro, diante da falta de editoras em Maceió.

Quase cem anos depois do surgimento da roda de Maceió, a pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), realizada entre 2017 e 2018, que se voltara para o *Mapeamento da literatura de autoria feminina contemporânea produzida em Alagoas*, aprovada com bolsa pelo Edital nº 03 PRPI/IFAL, de 11 de maio de 2017, demonstrou que a Imprensa Oficial Graciliano Ramos, mantida pelo governo do estado, funcionava, na

época da pesquisa, como única editora a publicar, de forma contínua, obras literárias produzidas por escritoras e por escritores de Alagoas. É importante destacar, ainda, que seu catálogo literário é composto, majoritariamente, por títulos escritos por homens brancos.

De acordo com as informações apresentadas no site da editora (Imprensa Oficial Graciliano Ramos, s.d.), a Imprensa Oficial, como foi chamada na época de sua fundação, em 1912, foi criada pelo governo do estado de Alagoas, a partir da compra dos equipamentos gráficos que pertenciam ao *Jornal Tribuna*, com o objetivo de possibilitar a edição e a publicação do Diário Oficial de Alagoas. Já a mudança para o nome atual, Imprensa Oficial Graciliano Ramos, com o objetivo de homenagear o escritor alagoano, diretor da instituição entre o período de 1930 e 1931, se dá no ano 2000.

Dentre as atribuições da instituição, destaco “[...] o fomento à produção literária e a democratização do acesso à leitura, por meio dos lançamentos de sua editora” (Imprensa Oficial Graciliano Ramos, s.d.). Um importante veículo para a concretização dessas ações de fomento são os editais voltados para a publicação de obras literárias: Edital Literário, iniciado em 2012, quando se chamava Programa de Incentivo à Cultura Literária; Edital Coco de Roda, iniciado em 2011, voltado para a publicação de obras de literatura infantil que contemplem aspectos da cultura alagoana em sua construção.

Para a composição dos dados e do relatório final da pesquisa Pibic concluída em 2018, foram analisados os resultados de cinco edições anuais do Edital Literário, no período de 2012 (primeira edição do edital) a 2016 (último ano dentro do recorte da pesquisa) e os resultados de 6 (seis) edições anuais do Edital Coco de Roda, no período de 2011 (primeira edição do edital) a 2016 (último ano dentro do recorte da pesquisa), ambos promovidos pela Imprensa Oficial Graciliano Ramos.

Nesse período foram publicadas pela editora (Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018), a partir da submissão aos dois editais, oitenta e uma obras literárias inéditas: 60 (sessenta) obras publicadas pelo Edital Literário e 21 (vinte e uma) obras publicadas pelo Edital Coco de Roda. No caso do Edital Literário, 53 (cinquenta e três) livros foram escritos por homens, 6 (seis) foram escritos por mulheres e um tem autoria coletiva, escrito por 2 (dois) homens e uma mulher. Já no que diz respeito aos resultados do Edital Coco de Roda, foram

publicados 21 (vinte e um) livros de literatura infantil, dos quais 15 (quinze) foram escritos por mulheres e seis foram escritos por homens. Esses dados foram discutidos na época da elaboração do relatório final da pesquisa e são resgatados aqui, porque são significativos para a compreensão do modo como “o mundo das letras é também um lugar de observação das desigualdades entre os sexos e das clivagens de gênero”, (Sapiro, 2019, p. 47).

Oito anos depois da primeira análise das contribuições da editora para o campo literário alagoano, seu catálogo (Imprensa Oficial Graciliano Ramos, s.d.) demonstra que ela se mantém como o principal veículo para a publicação de obras literárias produzidas por alagoanas(os) no estado. A versão atual do seu catálogo, disponibilizado em 2023, apresenta um total de 130 (cento e trinta) obras literárias escritas por autoras e por autores de Alagoas ou radicadas(os) no estado. Dessas obras literárias, a maioria concentra-se na coleção *Livros de Ficção*, com 92 (noventa e dois títulos), dos quais 79 (setenta e nove) foram escritos por homens, 12 (doze) foram escritas por mulheres e um tem produção coletiva, assinada por 1 (uma) mulher e por 2 (dois) homens. A segunda coleção que concentra a maior parte dos títulos literários é a *Coco de roda*, voltada para a publicação de livros infantis. Ela é composta por 32 (trinta e dois títulos), dos quais 20 (vinte) foram escritos por mulheres e 12 (doze) foram escritos por homens. A maior presença de livros escritos por mulheres nessa coleção é explicada pela especificidade de seu público: nos livros destinados às crianças, percebe-se a presença maior de mulheres, num claro indício de feminização da literatura infantil, considerada como uma extensão do trabalho feminino do cuidado (Mendonça, 2014).

Nesse contexto, apresentar e discutir o mapeamento das editoras independentes atuantes em Alagoas, em 2023, conforme proponho aqui, também é discutir o modo como as desigualdades de gênero, de raça e de classe, numa perspectiva interseccional (Akotirene, 2019), permeiam a construção do campo literário e, de forma mais específica, conforme discutirei no decorrer deste artigo, do campo editorial alagoano. As editoras independentes e as estratégias de autopublicação ganham destaque, nesse cenário, justamente por se apresentarem como alternativas concretas de acesso a espaços de publicação, uma vez que, “de modo geral, a iniciativa híbrida ou independente atua nas zonas intersticiais [...], isto é, nas franjas do amplo mercado e das grandes redes editoriais” (Oliveira, 2020, p. 105). A presença e

a importância dessas experiências de edição e de publicação/autopublicação apresentaram-se como um dado relevante para pensar a literatura alagoana, sobretudo pelos componentes de luta e de resistência que trazem para o campo literário local.

Cinco anos depois da obtenção dos dados relativos ao mapeamento da autoria feminina em Alagoas, a pesquisa *Os impactos da Lei Aldir Blanc para a literatura de autoria feminina produzida em Alagoas*, também realizada com bolsa e aprovada pelo Edital nº 16 PRPPI/IFAL, de 18 de maio de 2022, apontou uma mudança no cenário descrito, a partir, dentre outros elementos, do fomento da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, apelidada de Lei Aldir Blanc (Brasil, 2020). Os dados que compõem o relatório final dessa pesquisa apontaram a atividade de editoras independentes e de estratégias de autopublicação como elementos promotores de mudanças no campo editorial e literário alagoano. Esse dado significativo, por sua relevância para pensar a literatura alagoana, requereu maior atenção e ensejou a realização da pesquisa Pibic *Pensar edição em Alagoas: o cenário editorial alagoano a partir das editoras independentes e de processos de autopublicação*, cujos dados parciais discuto aqui, uma vez que a pesquisa está em andamento no Instituto Federal de Alagoas.

A investigação dos impactos da presença de editoras independentes (Muniz Jr., 2020) e de processos de autopublicação (Vechio, 2020) para a literatura produzida contemporaneamente em Alagoas é o objetivo central da referida pesquisa. Ao se voltar para o cenário editorial alagoano, com um corpus centrado nas editoras independentes e nas estratégias de autopublicação, no ano de 2023, a partir do fomento da Lei Aldir Blanc e de outras iniciativas, bem como da noção de cânone (Reis, 1992; Muzart, 1995) e de memória (Ricoeur, 2007), os dados obtidos permitem compreender a atuação das editoras independentes ativas em Alagoas e as estratégias de autopublicação para além dos limites impostos pela história oficial e pelos discursos dominantes que a sustentam.

Nesse contexto, ao investigar quais os impactos da presença de editoras independentes e do processo de autopublicação para a literatura produzida contemporaneamente em Alagoas, a pesquisa realizada até aqui analisou iniciativas coletivas e individuais que trazem renovação para o cenário da literatura alagoana, seja a partir da atuação de mulheres na cena editorial (Ribeiro, 2020), de estratégias de autopublicação

(Vecchio, 2020), da atuação de editoras independentes (Muniz Jr., 2020) e de iniciativas que se voltam para a publicação de obras de grupos minoritários, tais como mulheres escritoras, homens escritores fora do padrão da heterocisnormatividade (Akotirene, 2019) e escritores negros a partir da noção de quilombo editorial (Oliveira, 2020).

Do ponto de vista histórico e político, pensar o campo editorial e literário implica trazer para o centro da discussão uma gama de questões que estão associadas à constituição do cânone enquanto princípio de exclusão promotor do apagamento de minorias no cenário da literatura, em especial a alagoana, sobre a qual me debruço neste artigo. Nesse sentido, se configura como uma instituição que promove o silenciamento das mulheres, mas não só delas, uma vez que vários grupos são excluídos de seu domínio.

É importante destacar que a noção de cânone, enquanto instituição que regula e autoriza a circulação de determinados discursos em detrimento de outros, é um sentido que se constrói a partir do resgate etimológico da palavra: em grego, *kanon* faz referência a uma vara utilizada como instrumento de medida (Reis, 1992, p. 70). Na sua entrada para as línguas românicas, a palavra conservou essa noção, sobretudo, nos termos de norma ou de lei e é nessa acepção que, na literatura, ele se constitui como princípio regulador que opera a partir de pressupostos ideológicos excludentes.

Enquanto princípio de seleção e, conseqüentemente, de exclusão, o conceito de cânone (Muzart, 1995) não pode ser pensado sem levar em consideração a questão de poder ao qual se vincula, uma vez que a base da sua constituição fundamenta-se na eleição de princípios de inclusão/exclusão que são ideologicamente determinados. Essa deliberação passa pelo fato de que alguns discursos são revestidos de autoridade e podem, tendo como referencial os seus interesses de classe, de raça, de cultura e de gênero, dentre outros, estabelecer critérios a partir dos quais, no caso do campo editorial, estabelece-se o que será ou não publicado.

É nesse lugar de exercício do poder, atravessado por um discurso de autoridade, na perspectiva discutida por Foucault (2009), que penso aqui o contexto da edição de livros, com destaque para a atuação das casas editoriais e das(os) editoras(es). Ao pensar o discurso, em sua relação com o poder e com o desejo, a partir do modo como instâncias de interdição atuam

sobre, Foucault (2009) discute o lugar de autoridade, compreendido como “[...] direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala [...]” (Foucault, 2009, p. 9).

No caso específico do campo editorial, o modo como as editoras, enquanto lugar de autoridade, exercem seu direito privilegiado, em última instância, passa pelo crivo da seleção e da, consequente, exclusão, no sentido de definir quem será publicado, ou não. No entanto, não é só aí que as editoras exercem esse lugar de autoridade e de poder: “o papel do editor é aí ainda mais importante, pois cabe a ele criar não somente o valor monetário das obras, mas também seu valor simbólico”, e segue afirmando “tem o poder de consagrar o autor, de construí-lo como tal e de produzir a crença no valor da obra, fixando nela sua ‘grife’” (Sapiro, 2019, p. 44). Conforme aponta o autor, é possível perceber que, para além de atuar no sentido de definir quem será publicado, ou não, a(o) editora(or) exerce também o papel de chancelar o valor da obra, seja esse valor monetário ou simbólico, a partir de seu *direito privilegiado*, para usar o conceito foucaultiano.

O valor monetário, como um fator de distinção para a obra, em sua complexa relação com o mercado editorial, pode ser considerado como um dos elementos decisivos para a definição do que é publicado sob o aparato das grandes editoras. No entanto, esse não é o único elemento a ser considerado e, conforme já discutido aqui, outros fatores compõem a intrincada rede que define o que será ou não publicado. Ao usar os dados da primeira pesquisa mencionada, a partir do levantamento das publicações literárias da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, no período de 2012 a 2016, por exemplo, é possível perceber que o valor monetário das obras publicadas e a consequente possibilidade de lucro não são os elementos definidores do que será ou não publicado pela editora, uma vez que é um órgão público que se volta para o fomento à produção literária alagoana e, consequentemente, assume integralmente as despesas de todo o processo, garantindo a publicação de obras inéditas, muitas vezes, de escritoras(es) iniciantes.

No entanto, os resultados obtidos demonstram que a editora reproduz uma lógica que reconhece o homem, sobretudo o branco e heterossexual, como aquele cujo nome tem maior probabilidade de figurar na capa das obras literárias. Ao discutir as relações entre valor,

cânone e história da literatura, a partir da perspectiva da autoria feminina, Schmidt (2012) traz reflexões que me permitem compreender o funcionamento desses mecanismos, ao afirmar que:

Não há dúvidas de que investigar inclusões e exclusões históricas é uma forma de dar visibilidade à ideologia subjacente às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa gerada em função de escolhas que não são simplesmente escolhas desinteressadas ou neutras (Schmidt, 2012, p. 65).

Ao enfatizar a *ideologia subjacente às estruturas que definem a natureza do literário*, a pesquisadora aponta alguns elementos que me permitem analisar, neste trabalho, o modo como os campos literário e editorial, em Alagoas, reproduzem as desigualdades sociais que caracterizam a sociedade alagoana no catálogo da principal editora do estado. Tais desigualdades estão materializadas, por exemplo, na disparidade de publicações, considerados os critérios de gênero e de raça, no catálogo da Imprensa Oficial Graciliano Ramos. No caso da pesquisa concluída em 2018, as assimetrias de gênero e de raça, dentre outras, foram percebidas a partir das obras publicadas por meio do Edital Literário. Além da disparidade de gênero, já mencionada, é importante destacar que todas(os) escritoras(es) que publicaram seus livros a partir desse edital, até hoje, são pessoas cisgênero, em sua maioria, brancas e heterossexuais.

Nesse contexto, as editoras independentes têm um papel fundamental para a garantia da publicação de obras e de escritoras(es) que, para retomar os termos de Schmidt (2012), contrapõem-se, a partir de sua escrita e de seus marcadores de gênero, de raça e/ou de sexualidade, à ideologia que tenta determinar o que é, ou não, literário, bem como quem pode figurar na capa do livro. Do ponto de vista político, isso é possível, porque, no caso das editoras independentes, “[...] para além do empreendimento comercial, existe um conjunto de ações que escapam à geração do lucro econômico” (Oliveira, 2020, p. 103). Ao discutir essas iniciativas que escapam à lógica da geração do lucro econômico, este artigo analisa de que forma a atuação das editoras independentes presentes em Alagoas e as estratégias de autopublicação contribuem para a construção de uma literatura alagoana tão diversa quanto o é a sua gente.

É possível, assim, traçar um primeiro painel por meio do qual sistematizo informações relativas às editoras e às(aos) escritoras(es) que atuam no sentido de tornar o campo editorial e literário alagoano cada vez mais plural e diverso. Tais agentes da literatura encontram, nas editoras independentes e nos processos de autopublicação, vias alternativas para burlar o cerco do silenciamento e se colocam como protagonistas de sua atuação social, no que diz respeito às possibilidades de se posicionarem como editoras(es) e escritoras(es) dentro dos variados contextos que lhe constituem.

### 1 Mapeamento das editoras independentes

Os primeiros dados obtidos no decorrer desta pesquisa, por meio de aplicação de questionário virtual a escritoras(es), via *Google Forms*, apresentam informações importantes sobre editoras independentes ativas em Alagoas, sobre estratégias de autopublicação e sobre os impactos da Lei Aldir Blanc (Brasil, 2020) para o cenário editorial nesse estado. A partir das respostas obtidas, foi mapeada a presença de 9 (nove) editoras independentes atuantes em Alagoas no ano de 2023: Edições Parresia (Delmiro Gouveia/AL), Editora Edfika (Arapiraca/AL), Labafera (Maceió/AL), Loitxa Lab (Maceió/AL), Editora Melani (Marechal Deodoro/AL), Editora Performance (Arapiraca/AL), Sapatilhas de Arame (Maceió/AL) Lua Negra Cartonera (Maceió/AL) e Trajes Lunares (Maceió/AL). Do ponto de vista da localização geográfica, a presença de editoras fora da capital do estado pode ser considerada como um fator que amplia a possibilidade de publicação para além das editoras localizadas em Maceió.

Nesse contexto, é importante destacar a presença da Edições Parresia, criada por Wellington Amâncio da Silva, localizada em Delmiro Gouveia, cidade situada na mesorregião do sertão alagoano; bem como das editoras Edfika, criada por Edsangelita Rose Borges Cavalcante, e Performance, criada por Carla Emanuele Messias de Farias Costa, em Arapiraca, mesorregião do agreste alagoano. As três editoras estão localizadas nas cidades polos do agreste e do sertão do estado e suas atuações ampliam a publicação de obras literárias escritas por alagoanas(os). Outro dado importante é que duas dessas editoras, a Edfika e a Performance, ambas de Arapiraca, são iniciativas editoriais criadas e protagonizadas por mulheres. Na verdade, das 9

(nove) editoras encontradas, 6 (seis) são iniciativas criadas e mantidas por mulheres: Editora Edfika (Arapiraca/AL), criada por Edsângela Rose Borges Cavalcante; Labafera (Maceió/AL), criada por Renata Czarny; Editora Melani/ Selo Métis, selo editorial de arte feminina (Marechal Deodoro/AL), criada por Karla Moura da Silva Melanias Barbosa; Editora Performance (Arapiraca/AL), criada por Carla Emanuele Messias de Farias Costa; Sapatilhas de arame (Maceió/AL), criada por Bruna Teixeira; Lua negra cartonera (Maceió/AL), criada por Ana Karina Luna.

Leio a presença expressiva dessas mulheres no cenário editorial alagoano como uma resposta concreta, do ponto de vista histórico e político, às desigualdades de gênero que caracterizam os campos editorial e literário dentro e fora de Alagoas, conforme discuto ao longo deste artigo, a partir da disparidade de publicação de livros de autoria feminina e masculina no Edital Literário pela Imprensa Oficial Graciliano Ramos. O modo como as desigualdades de gênero concretizam-se nas edições do referido edital foi o principal elemento que levou a poeta Ana Karina Luna a criar a Lua Negra Cartonera para publicar o seu primeiro livro.

Na décima edição da Bienal Internacional do Livro de Alagoas, perguntada sobre sua experiência a respeito da autopublicação artesanal de seus livros, a autora<sup>1</sup> afirmou: “no edital de que participei da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, de quinze escolhidos para serem publicados no ano [edital de 2016, com publicação em 2017], tinha uma mulher apenas” (Luna, 2023, informação verbal). Ainda segundo a autora, essa experiência desestimulou-a em relação à possibilidade de se inscrever em outras edições do Edital Literário. No entanto, a avaliação recebida pelo seu livro, por parte da crítica especializada, foi decisiva para publicá-lo artesanalmente e o lançar na edição da Bienal Internacional do Livro de Alagoas realizada em 2017. Surgiu, assim, a editora independente Lua Negra Cartonera para viabilizar a autopublicação do seu primeiro livro de poesia *Saindo da piscina de éter*, 2017, e dos outros quatro que lhe seguiram. A possibilidade de reinventar-se, após a recusa, é central para compreender esse processo:

---

<sup>1</sup> Fala proferida pela poeta Ana Karina Luna, em 18 de agosto de 2023, durante o evento intitulado *Uma mulher dilacera o patriarcado: bate-papo com Ana Karina Luna*, realizado no stand do Instituto Federal de Alagoas, como parte das atividades realizadas na 10ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas.

**A Lua Negra Cartonera é uma editora independente de publicações artesanais de autoria feminina.** Ela é o projeto literário de uma só mulher, Ana Karina Luna. Esta editora surgiu como a própria Lilith se fez: de recusas. [...] **A Lua Negra Cartonera** nasce e se põe em Maceió — acha caminhos, abre canais e segue parindo seus livros à mão (Lua Negra Cartonera, s.d., grifos da autora).

A partir do gesto de tecer e autopublicar o próprio livro, produzido e costurado manualmente nos moldes cartoneros, Ana Karina Luna filia-se à tradição de mulheres escritoras que, diante de recusas editoriais, criam as condições concretas de publicação dos seus livros, a partir da autopublicação. A esse respeito, Ribeiro (2020) afirma que:

Editar, hoje, em condições tecnológicas menos caras e mais horizontais, parece uma boa resposta à relativa dificuldade de encontrar espaço em grandes editoras. E é por esta razão, principalmente, que muitas editoras (mulheres) criam seus espaços, num empreendimento tão sério quanto aventureiro, como elas mesmas sabem. [...] A autopublicação é, em muitíssimos casos, a saída inicial das pessoas que fundam suas editoras, passando, depois, à publicação de outros/as poetas (Ribeiro, 2020, p. 181).

No caso específico das estratégias de autopublicação empreendidas por Ana Karina Luna, artista múltipla que se realiza a partir das interfaces entre as artes visuais e a literatura, as *condições tecnológicas menos caras e mais horizontais* concretizam-se em livros cartoneros que reduzem drasticamente os custos da produção do livro, enquanto potencializa a sua horizontalidade. De acordo o site da editora:

O Cartonero é um movimento Latino-americano de escritores e editoras independentes que reciclam caixas de papelão usadas para confeccionar capas de livros. Foi iniciado por catadores de lixo na Argentina. Esses livros são feitos artesanalmente, num modelo matrístico: sustentável, um a um, por uma humana, e apenas para o miolo foram usadas máquinas de impressão. São vendidos a preços justos e recuperam a autonomia da escritora. E, assim, eles são “disruptores” da ordem normal de publicação e que tende a dar mais oportunidades a escritores homens. Feitos, inteiramente, à mão, por uma mulher, em sua casa-atelier-templo (Lua negra cartonera, s.d.).

Ao definir suas estratégias de autopublicação como um modelo matrístico, Ana Karina Luna (re)posiciona e centraliza o feminino em sua produção literária, materializada em livros sustentáveis e artesanais diante das recusas e das violências simbólicas de uma lógica capitalista e patriarcal<sup>2</sup> que explora as mulheres, nega-lhes acesso aos espaços de publicação, ao passo em que destrói os recursos naturais. De acordo com as palavras da própria escritora, seus livros são, pois, “disruptores’ da ordem normal de publicação”, ao criarem oportunidades de publicação e circulação para uma escritora, recuperando a sua autonomia.

De forma mais ampla, acredito que, a partir de perspectivas diversas e em diferentes medidas, todas as editoras independentes encontradas no decorrer da pesquisa ocupam lugares “disruptores’ da ordem normal de publicação”, para usar o termo cunhado por Ana Karina Luna. Algumas dessas iniciativas cumprem a importante e desafiadora proposta de descentralizar o acesso geográfico às editoras, como é o caso da Edfika, da Parresia e da Performance, que editam livros no agreste e no sertão alagoano. Outras reivindicam e fundam a possibilidade de mulheres protagonizarem os espaços editoriais, em alguns casos, alterando radicalmente o cenário literário alagoano, conforme discutirei mais adiante, como é o caso da Edfika, da LabAFERA, da Lua Negra Cartonera, da Melani, da Performance e da Sapatilhas de Arame.

Duas editoras protagonizadas por mulheres, a Lua Negra Cartonera e a Melani, com o Selo Métis, selo editorial de arte feminina, demarcam a sua atuação no cenário por meio de uma perspectiva política de gênero que se configura como uma ação de reparação histórica a partir de propostas voltadas para a publicação de livros de autoria feminina. Nesse contexto, todas as mulheres editoras, mesmo as que não apontam um direcionamento de gênero por meio da centralidade da autoria feminina na composição dos seus catálogos, posicionam no feminino o espaço de poder que caracteriza a atuação das editoras e isso tem repercussão para a produção da literatura alagoana contemporânea também no que diz respeito à quantidade de mulheres publicadas. Além disso, todas elas compartilham um lugar em comum, o fato de ser:

---

<sup>2</sup> A respeito da possibilidade de entender a exploração das mulheres e dos recursos naturais como formas relação integradas de exploração na base patriarcal da sociedade capitalista, recomendo a leitura de Ortner (1979).

[...] uma mulher “comum”, sem herança editorial e mesmo sem lastro que a ajude a se sustentar num universo cultural ligado aos livros, possa simplesmente, por qualquer razão subjetiva e concreta, tornar-se editora, lançando-se ao gesto inaugural de publicar um primeiro livro, o que acaba por inseri-la nesse campo profissional e faz nascer um catálogo (Ribeiro, 2020, p. 11-12).

No caso específico das editoras que, ao se lançarem *ao gesto inaugural de publicar um livro* fizeram nascer um catálogo voltado para a publicação de livros de autoria feminina, é preciso considerar que esse gesto traz uma resposta concreta a uma reivindicação apresentada por algumas das escritoras que responderam ao questionário<sup>3</sup> cujos dados subsidiam a construção deste artigo. Para a questão: “*Para você, qual é a importância dos editais fomentados pela Lei Aldir Blanc para a produção de literatura escrita por mulheres em Alagoas?*”, destaco duas respostas que me ajudam a pensar não só o âmbito das políticas públicas que se voltam para a produção literária no estado, mas também a atuação das editoras apresentadas aqui.

O questionário foi respondido por (31) trinta e uma pessoas. Como resposta à pergunta mencionada anteriormente, a entrevistada, aqui denominada, dezenove afirma que: “um recorte de gênero seria importante para diminuir a desigualdade de acesso às políticas públicas de incentivo à produção literária” (Entrevistada 19, s.d). Outra entrevistada, identificada como 21, por sua vez, afirma que:

É de suma importância possibilitar a oportunidade de enxergar outras perspectivas, de reconhecer a legitimidade de outros sujeitos e suas histórias, reparando a ideia de autoridade relacionada ao gênero. Como diz a Chimamanda “Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade perdida” (Entrevistada 21, s.d).

As respostas acima, a partir da reflexão acerca da importância dos editais de fomento publicados no escopo da Lei Aldir Blanc (Brasil, 2020), apontam a necessidade de medidas de reparação histórica para as desigualdades de gênero que caracterizam o campo editorial alagoano. Na ausência dessa resposta, por parte das editoras públicas e/ou de políticas

<sup>3</sup> Questionário: *Os impactos da Lei Aldir Blanc na literatura de autoria feminina produzida em Alagoas*, aplicado como parte integrante da pesquisa Pibic, *Os impactos da Lei Aldir Blanc para a literatura de autoria feminina produzida em Alagoas*.

Disponível em:

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdLc27ZEFx44pDS1psYMx\\_ujYzAjMle8Q1HR7gOZEm0M0afcA/closedform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdLc27ZEFx44pDS1psYMx_ujYzAjMle8Q1HR7gOZEm0M0afcA/closedform).

Acesso em: 28 mar. 2024.

públicas, duas editoras, já discutidas aqui, direcionaram os seus catálogos para a publicação exclusiva de obras de autoria feminina, a Melani e a Lua Negra Cartonera.

No caso particular da Trajes Lunares, criada pelo poeta Nilton Resende, em resposta às desigualdades de gênero que marcam o mundo do livro, em abril de 2021, a editora lançou uma chamada pública para a publicação de um livro de poesia de autoria feminina, resultando na publicação de *À cata de berduegas*, da poeta arapiraquense Marta Eugênia (2023). Em dezembro de 2022, a editora lançou uma nova chamada pública para a seleção e publicação de um livro de prosa de autoria feminina.

Também como resposta concreta às desigualdades raciais que marcam o campo editorial e literário alagoano, a editora e plataforma multimídia Loitxa Lab, foi criada pelos poetas alagoanos Jean Albuquerque, Lucas Litrento e Richard Plácido, que, desde a escolha do nome da editora, apontam as possibilidades de pensar sua inserção no cenário editorial alagoano. A palavra loitxa tenta reproduzir, por escrito, uma variação linguística da palavra luta (com consoante palatalizada<sup>4</sup>), muito comum em Alagoas, sobretudo na periferia, onde se diz e escreve com muita frequência a expressão *É loitxa!* para caracterizar a dificuldade e a luta em algum processo/momento difícil. Assim, a expressão tanto resgata a referência geográfica de que seus idealizadores são homens negros da periferia de Maceió, como também aponta o componente de luta e de resistência que caracteriza o surgimento da própria editora no contexto de uma sociedade fundada pelo racismo.

A amizade entre os poetas resultou no nascimento de uma editora que surgiu a partir da necessidade de autopublicação dos poetas negros que a criaram, assim como aconteceu com muitas editoras criadas por mulheres, conforme discutido por Ribeiro (2020). Até agora, seu catálogo é composto por dois livros de poesia: *A ressaca do mar trincou meus ossos*, de Jean Albuquerque, e *A festa do rouxinol*, de Richard Plácido. Compreendo esse coletivo, formado por poetas negros para a autopublicação de suas obras, como um quilombo editorial. Para Oliveira (2020, p. 104), os quilombos editoriais dizem respeito a “[...] um conjunto de iniciativas no campo editorial comprometidas com a difusão de temas especificamente ligados ao universo afrodescendente, com explícito propósito de alteração das configurações do imaginário social

---

<sup>4</sup> A respeito desse fenômeno característico do falar alagoano, sobretudo maceioense, ver Oliveira (2017).

hegemônico”. Ainda na perspectiva do autor, “os quilombos editoriais atuam exclusivamente no campo da publicação (principalmente individual) e da intervenção cultural” (Oliveira, 2020, p. 104).

A publicação dos títulos presentes no catálogo da *Loitxa Lab* e o surgimento da editora foram impulsionados pelo fomento da Lei Aldir Blanc<sup>5</sup> (Brasil, 2020), em resposta ao modo como a pandemia do novo coronavírus e as necessárias medidas de isolamento social afetaram as(os) agentes da cultura, no Brasil. O segmento livro, leitura e literatura, enquanto setor cultural, é contemplado pela lei. Apesar disso, nos editais publicados em Alagoas, pelas prefeituras e pela Secretaria Estadual de Cultura, não houve direcionamento específico de verba para a criação ou manutenção de editoras, mas o fomento à publicação de obras literárias impulsionou o setor, provocando, inclusive o surgimento de novas editoras, como a *Loitxa Lab* e a *LabAFERA*, as quais mencionadas, e fortaleceu a *Sapatilhas de Arame*. Por vieses diferentes, as três editoras promoveram mudanças significativas no cenário editorial alagoano.

A *Loitxa Lab* conseguiu inserir-se no campo editorial alagoano como uma iniciativa voltada exclusivamente para a publicação de escritoras(es) negras(os) alagoanas, cumprindo uma importante função de ação afirmativa e de reparação histórica. A *Sapatilhas de Arame*, por sua vez, criada, em Maceió, por Bruna Teixeira, artista gráfica e realizadora audiovisual, possibilitou, dentre outros títulos do seu catálogo, composto majoritariamente por mulheres cis, a publicação do livro *Segunda pele* (2021), da poeta e transativista Ísis Florescer, em um lindo trabalho editorial, que, além do livro físico, disponibiliza a gravação de poemas declamados pela própria poeta. Cabe ressaltar que, Ísis Florescer é a primeira mulher trans a publicar um livro em Alagoas.

Pensar o que significa, para o contexto da literatura contemporânea produzida em Alagoas, a publicação de *Segunda*, é mais um dado relevante que aponta a importância das editoras independentes ativas no estado, sobretudo as protagonizadas por mulheres, como é o caso da *Sapatilhas de Arame*. A respeito dela e de outras editoras apresentadas aqui, é possível afirmar, segundo Ribeiro (2020), que “essas editoras não estavam apenas fora dos espaços,

---

<sup>5</sup> A Lei Aldir Blanc, de autoria da deputada Benedita da Silva, faz parte do conjunto de medidas emergenciais que se fizeram necessárias no contexto da pandemia do novo coronavírus. Voltada para o setor cultural, a referida Lei destinou R\$ 33.759.000,00 (trinta e três milhões setecentos e cinquenta e nove mil reais) para o estado de Alagoas (Silva, 2020).

discursivos e geográficos – de hegemonia –, mas multiplicavam um discurso contra-hegemônico, isto é, publicavam o que parecia então impublicável” Ribeiro (Ribeiro, 2020, p. 19).

Essas editoras independentes promovem, no cenário editorial e literário alagoano, a multiplicação de um discurso contra-hegemônico, tanto no que diz respeito aos aspectos discursivos, quanto no que se volta para os espaços geográficos. A partir do movimento de descentralizar os espaços de publicação, antes restritos à capital do estado, e da ampliação de vozes que mostram a pluralidade que caracteriza a arte literária alagoana, a partir da publicação de livros cuja autoria desafia a hegemonia masculina e branca que caracteriza o cânone e a historiografia literária oficial, todas essas editoras já deixaram marcas muito significativas para o campo editorial e literário alagoano.

### Considerações Finais

Concluindo sem finalizar. Conforme discutido ao longo deste artigo, o estado de Alagoas é marcado historicamente por desigualdades de gênero e de raça, bem como por um escasso cenário editorial que, em outros momentos, provocou a saída de escritores alagoanos para cidades do eixo Rio-São Paulo como estratégia de garantir-lhes a publicação de seus livros. Nesse contexto, o impublicável é um signo que se impõe, muitas vezes, como recusa a tudo que subverte a ordem e as relações de poder estabelecidas, seja um livro de autoria feminina, em que uma editora cartonera ousa dizer que Uma mulher dilacera o patriarcado (Luna, 2022), sejam as obras de poesia de um coletivo composto por homens negros, ou a palavra-carne que se desdobra na Segunda pele (Florescer, 2021) poética de uma escritora trans. No entanto, parafraseando o escritor mineiro Guimarães Rosa, as editoras independentes alagoanas atuam no estado para nos mostrar que o impublicável é só uma questão de prefixo.

A atuação das editoras independentes apresentadas aqui, ao não se submeterem às recusas mais diversas, ampliam o cenário literário a partir das frestas que conseguem abrir. Uma dessas formas de recusa é a financeira, que, muitas vezes, obriga a editora a retroceder diante dos riscos de custear uma publicação para a qual não há garantia de retorno financeiro.

Uma alternativa para esse cenário, comum entre as editoras independentes, como é o caso da Trajes Lunares, é a pré-venda do livro como forma de garantir o aporte financeiro inicial para que a obra seja publicada. De acordo com a editora:

o processo de editoração e impressão de cada livro depende de investimentos iniciais que são elevados, especialmente para uma editora independente e que busca construir uma relação mais justa com autores e público leitor. Desse modo, os recursos provenientes da pré-venda possibilitam que superemos os obstáculos iniciais e que possamos colocar a obra em circulação, dirimindo os riscos associados tanto para a Editora quanto para os autores. Além disso, este *feedback* é fundamental, inclusive, para conhecermos nosso público e para que possamos traçar estratégias que façam da editora um projeto exitoso e sustentável (Trajes Lunares, 2020, s.p.).

Conforme discutido anteriormente, mais do que a obtenção de lucro, percebo que há um projeto político a nortear a atuação das editoras independentes: a garantia da publicação de livros em parâmetros mais justos tanto para a editora quanto para as(os) autoras(es), o que possibilita a circulação de livros que, muitas vezes, não se submetem à lógica das grandes editoras e/ou não atendem aos seus paradigmas.

Além de usar a pré-venda como um recurso para a garantia da publicação dos livros, minimizando os riscos financeiros para a editora e garantindo um público inicial de leitoras(es) para as obras, muitas das editoras abordadas aqui colocaram obras em circulação por meio do fomento garantido pela Lei Aldir Blanc (Brasil, 2020) para a publicação de obras literárias em Alagoas, como foi o caso da Editora *Loitxa Lab* e da *LabAFERA*, que iniciaram sua atuação editorial a partir desse fomento, e da *Sapatilhas de arame*, que publicou *Segunda pele* (Florescer, 2021), com o fomento da referida lei. A esse respeito, Sapiro (2019) afirma que a “implementação das políticas estatais de ajuda à criação e à edição visa contrabalancear as consequências desta imposição [restrições econômicas sobre o mercado do livro] e proteger os criadores” (Sapiro, 2019, p. 44).

Esses resultados mostram uma expressiva mudança no cenário editorial alagoano, com destaque para os impactos da referida Lei para o cenário editorial alagoano e, de forma mais específica, para a literatura de autoria feminina produzida contemporaneamente em Alagoas. Mesmo sem um direcionamento específico, no sentido de oferecer auxílio emergencial para as editoras independentes, a referida lei impactou esse setor propiciando, inclusive, o surgimento

de novas editoras. A pesquisa demonstra que, em 2023, o estado de Alagoas contou com a presença ativa de 9 (nove) editoras independentes, das quais 6 (seis) são protagonizadas por mulheres. Três dessas editoras surgiram no contexto da pandemia, a partir do fomento da Lei Aldir Blanc para a publicação de livros: as editoras *Melani Editora* e *LabAFERA*, que são geridas por mulheres, e a editora *LoitxaLab*, que é um projeto editorial coletivo realizado por escritores negros. No caso da editora *Sapatilhas de arame*, também com o fomento da Lei Aldir Blanc, destaquei a publicação de *Segunda pele*, de autoria da poeta transativista Ísis Florescer.

A continuidade da pesquisa e a composição de seu relatório final permitirão conhecer um pouco mais da história de criação de cada uma dessas editoras, a partir de entrevistas, bem como possibilitarão a análise mais detida de seus catálogos, considerando, dentre outros elementos, as variáveis de gênero, raça, orientação sexual e localização geográfica das (os) escritoras(es) publicadas. O trabalho realizado até aqui discutiu as primeiras informações coletadas na pesquisa e apontou a importância das editoras independentes para a mudança do campo editorial e literário alagoano.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/32297589/publicacao/34620748>. Acesso: 20 maio 2022.

BRASIL. Edital nº 03 PRPI/IFAL, de 11 de maio de 2017. Abertura das inscrições, no período de 15 de maio a 09 de junho de 2017, e estabelece as normas para o processo de seleção de projetos para o Programas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) do IFAL. Disponível em: [https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/arquivos/edital-ifal\\_cnpq\\_fapeal\\_2017\\_2018.pdf/view](https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/arquivos/edital-ifal_cnpq_fapeal_2017_2018.pdf/view). Acesso: 20 maio 2022.

BRASIL. Edital nº 16 PRPI/IFAL, de 18 de maio de 2022. Chamada de Projetos 2022/2023 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/pesquisa-pos-graduacao-e->

[inovacao/editais/arquivos/IFAL\\_PRPIEDITALN16DE18DEMAIODE2022PROJETOSPIBIC20222032.pdf](#)  
f. Acesso: 20 maio 2022.

EUGÊNIA, Marta. *À cata de berduegas*. Arapiraca: Trajes Lunares, 2023.

FLORESCER, Ísis. *Segunda pele*. Maceió: Sapatilhas de arame, 2021.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18. ed. Tradução de Laura Fragade Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IMPrensa Oficial Graciliano Ramos. *Sobre a Imprensa Oficial*. Disponível em:  
<https://www.imprensaoficial.al.gov.br/institucional>. Acesso: 12 jan. 2024.

IMPrensa Oficial Graciliano Ramos. *Imprensa oficial na bienal do livro de Alagoas*: catálogo 2023. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.al.gov.br/antigo/uploads/catalogos/catalogo-2023.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

IMPrensa Oficial Graciliano Ramos. *Lista de vencedores dos editais* [mensagem pessoal], 2018. Mensagem recebida por [xxxxxxxx@gmail.com](mailto:xxxxxxxx@gmail.com) em 02 mar. 2018.

LUA Negra Cartonera. *A Lua negra cartonera*. Disponível em:  
<https://www.luanegracartonera.com/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2024

LUA Negra Cartonera. *Livros cartoneros*. Disponível em:  
<https://www.luanegracartonera.com/livros.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LUNA, Ana Karina. *Saindo da piscina de éter*: poemas ilustrados. Maceió: Lua negra cartonera: 2017.

MENDONÇA, Simone Cristina. Mulheres e educação no Brasil do Século XIX. *Polifonia*, Cuiabá, v. 21, n. 30, p.228-244, jul.-dez., 2014.

MENDONÇA, Wellington Pascoal de. Graciliano Ramos e a roda de Maceió. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 35, n 3, p.957-980, set.-dez, 2020. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/se/a/prh5BrVLDHCKD44RNfwtmYP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 5 abr. 2023.

MUNIZ JR., José de Souza. Edição Independente. In. RIBEIRO, Ana Elisa; CABRAL, Cleber Araújo. *Tarefas da edição*: pequena mediapédia. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2020. p.73-76.

MUZART, Zahidé L. A questão do cânone. In. *Anuário de Literatura, Florianópolis*, n. 3, p.85-94, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/5277>. Acesso: 10 maio 2017.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. Quilombos editoriais. In. RIBEIRO, Ana Elisa; CABRAL, Cleber Araújo. *Tarefas da edição*: pequena mediapédia. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2020. p.103-107.

OLIVEIRA, Almir Almeida de. *Processos de palatalização das oclusivas alveolares em Maceió*. 2017. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2017.

Disponível em:

<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1784/1/Processos%20de%20palataliza%C3%A7%C3%A3o%20das%20occlusivas%20alveolares%20em%20Macei%C3%B3.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Tradução de Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. p. 95-120.

REIS, R. Cãnon. In: JOBIM, J. L. (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p.65-92.

RIBEIRO, Ana Elisa. Elas editam: mulheres do livro e da poesia no Brasil contemporâneo. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*. n. 11, dez. 2020. Disponível em:

<https://portal.secsp.org.br/files/artigo/bd14f672/90c6/4164/aff4/477e68b39229.pdf>. Acesso: 6 out. 2021.

RIBEIRO, Ana Elisa. *Subnarradas: mulheres que editam*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020. Disponível em:

<https://static1.squarespace.com/static/565de1f1e4b00ddf86b0c66c/t/5f9ef62c31ce363ec2baba2c/1604253320360/Pequena+Biblioteca+de+Ensaio+Perspectiva+Feminista+Ana+Elisa+Ribeiro+Zazie2020>.

Acesso em: 9 out. 2021.

SAPIRO, Gisèle. *Sociologia da literatura*. Tradução de Juçara Valentino. Belo Horizonte: Moinhos; Contrafios, 2019.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Cãnone, valor e a história da literatura: pensando a autoria feminina como sítio de resistência e intervenção*. *El hilo de la fábula*, Santa Fe (Argentina), n. 12, 2012, p.58-71.

Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/184829/000894804.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 6 out. 2021.

TRAJES LUNARES. *Afinal, por que comprar na pré-venda?* nov. 2020. Disponível em:

<https://trajeseditora.com.br/post/afinal-por-que-comprar-na-pre-venda>. Acesso em: 23 jan. 2024.

VECCHIO, Pollyanna de Mattos Moura. *Autopublicação*. In: RIBEIRO, Ana Elisa; CABRAL, Cleber Araújo. *Tarefas da edição: pequena mediapédia*. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2020. p.35-39.

---

**Elaine Cristina Rapôso dos Santos** - Instituto Federal de Alagoas - IFAL  
Doutora em Estudos Literários, Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora do Instituto Federal de Alagoas - IFAL. Líder do Grupo de Estudo de Gênero e Raça, Gegra, e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Corpo, Diversidade, Gênero e Inclusão, Digeneri.  
E-mail: [elaine.raposo@ifal.edu.br](mailto:elaine.raposo@ifal.edu.br)